

SERGIO CAVALIERI FILHO

# PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

**15<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada e  
reformulada

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 19.08.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2022 by*

**Editora Atlas Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré

Barueri – SP – 06460-080

[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ As seis primeiras edições deste livro foram publicadas pela Editora Malheiros.

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

C368p

Cavaliere Filho, Sergio, 1939-

Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavaliere Filho. – 15. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-59-77080-9

1. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Título.

21-71790

CDU: 347.51(81)

---

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

# SUMÁRIO

Introdução .....	1
Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil .....	1
I – De um sistema singelo a um sistema complexo.....	1
II – Fatores da evolução .....	2
III – As cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002 .....	5
IV – O diálogo das fontes.....	6
V – O futuro da responsabilidade .....	7
VI – Os riscos coletivos e difusos .....	7
<b>Capítulo I – Responsabilidade .....</b>	<b>11</b>
1    Conceito.....	11
1.1    Dever jurídico originário e sucessivo.....	11
1.2    Distinção entre obrigação e responsabilidade .....	12
1.2.1    Da obrigação de indenizar .....	13
2    Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito .....	15
2.1    Fato jurídico .....	15
2.2    Ato jurídico e negócio jurídico.....	16
2.3    Ato ilícito.....	16
2.4    Duplo aspecto da ilicitude.....	18
2.5    Ato ilícito em sentido estrito e amplo.....	19
2.5.1    Ilicitude e nulidade – distinção .....	22
3    Função da responsabilidade civil.....	22
3.1    Princípio da reparação integral.....	22
3.1.1    O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil e o princípio da reparação integral.....	24
4    Espécies de responsabilidade .....	24
4.1    Responsabilidade civil e penal .....	25
4.2    Responsabilidade contratual e extracontratual.....	25
4.3    Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	26
4.4    Responsabilidade nas relações de consumo.....	27
5    Pressupostos da responsabilidade subjetiva.....	27
5.1    Exclusão de ilicitude.....	28
5.2    Indenização (ressarcimento) por ato lícito.....	31
5.3    Quadro sinótico da responsabilidade civil.....	34

<b>Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Conduta Culpável.....</b>	<b>35</b>
6 A conduta.....	36
6.1 Conceito.....	36
6.2 Ação.....	36
6.3 Conduta omissiva.....	36
6.4 Fato próprio, de outrem e da coisa.....	37
7 A imputabilidade.....	38
7.1 Conceito.....	38
7.2 Elementos.....	38
7.3 Menoridade.....	38
7.4 Insanidade.....	39
7.5 Responsabilidade dos incapazes.....	40
8 A culpa <i>lato sensu</i> .....	41
8.1 Dolo e culpa – distinção.....	43
8.2 Dolo – conceito.....	44
8.3 Elementos.....	44
8.4 Culpa – <i>stricto sensu</i> .....	44
8.5 O dever de cuidado.....	45
8.5.1 Erro de conduta.....	45
8.5.2 Aferição da culpa.....	47
8.6 Conceito.....	48
8.7 Elementos da conduta culposa.....	48
8.8 Previsão e previsibilidade.....	48
8.9 Falta de cuidado.....	49
8.10 Imprudência, negligência e imperícia.....	49
9 Espécies de culpa.....	50
9.1 Culpa grave, leve e levíssima.....	50
9.1.a O parágrafo único do art. 944.....	50
9.2 Culpa contratual e extracontratual.....	51
9.3 Culpa <i>in eligendo</i> , <i>in vigilando</i> e <i>in custodiando</i> .....	51
9.4 Culpa presumida e culpa contra a legalidade.....	52
9.5 Culpa concorrente.....	54
<b>Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Nexo Causal.....</b>	<b>57</b>
10 Conceito.....	57
11 Teorias.....	59
11.1 Teoria da equivalência dos antecedentes.....	59
11.2 Teoria da causalidade adequada.....	60
12 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil.....	61
12.1 O artigo 403 do Código Civil.....	63
12.2 Direito comparado.....	64
13 Aplicação da teoria da causalidade adequada – casos concretos.....	65
13.1 Primeiro caso.....	65

13.2	Segundo caso .....	66
13.3	Mitigação do nexa causal.....	68
13.4	Concorrência de causas e não de culpa .....	70
14	Concausas .....	72
14.1	Concausas preexistentes.....	72
14.2	Concausas supervenientes ou concomitantes.....	73
14.3	Coparticipação. Causalidade comum .....	74
14.3.1	Causalidade alternativa .....	74
14.3.2	Relação de causalidade e solidariedade passiva .....	75
14.3.2.1	A relação de causalidade é elemento imprescindível para a caracterização da solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito .....	77
14.3.2.2	● nexa causal é indispensável para a caracterização da solidariedade passiva tanto na responsabilidade subjetiva como na responsabilidade objetiva .....	77
14.3.2.3	A solidariedade passiva nas suas relações externas e internas .....	78
15	Relação causal por omissão.....	79
15.1	A relevância jurídica da omissão.....	80
15.2	A disciplina da omissão no direito positivo.....	81
15.3	A cláusula geral da responsabilidade por omissão.....	82
15.4	Novos desafios da responsabilidade por omissão.....	82
15.5	● nus da prova do nexa causal .....	83
16	Exclusão do nexa causal. Isenção de responsabilidade.....	84
16.1	Fato exclusivo da vítima.....	84
16.2	Fato exclusivo de terceiro.....	85
16.3	Caso fortuito e força maior.....	86
16.4	Ausência de culpa e caso fortuito .....	89
<b>Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: O Dano .....</b>		<b>91</b>
17	Conceitos e modalidades .....	91
17.1	Conceito de dano.....	91
17.2	Modalidades de dano.....	92
18	Dano patrimonial .....	92
18.1	Dano emergente.....	93
18.2	Lucro cessante.....	93
18.3	Princípio da razoabilidade.....	94
18.4	A perda de uma chance.....	96
19	Dano moral.....	103
19.1	Evolução doutrinária do dano moral: fase da irreparabilidade.....	106
19.2	Evolução doutrinária do dano moral: fase da inacumulabilidade do dano moral e material.....	106
19.3	Posicionamento atual.....	107
19.4	Configuração do dano moral .....	107
19.4.1	Dano moral e inadimplemento contratual .....	108

**XVI** PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – *Sergio Cavallieri Filho*

19.4.2	Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito....	109
19.4.3	A prova do dano – dano moral <i>in re ipsa</i> .....	111
19.4.4	Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos .....	113
19.4.5	Transmissibilidade do dano moral .....	116
19.5	Arbitramento do dano moral.....	118
19.5.1	Dano moral punitivo .....	120
19.6	Dano moral à pessoa jurídica.....	123
19.7	Dano difuso e coletivo.....	126
19.7.1	Dano moral coletivo .....	127
19.8	Dano estético .....	130
19.9	Dano direto e indireto – reflexo ou em ricochete.....	131
19.10	Dano à imagem.....	133
19.10.1	Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros.....	135
19.10.2	Valor da indenização pelo uso indevido da imagem.....	137
19.10.3	Abandono afetivo.....	137
19.11	Liberdade de informação <i>versus</i> inviolabilidade da vida privada .....	139
19.11.1	Conceito de privacidade.....	140
19.11.2	Conceito de liberdade de expressão.....	140
19.11.3	Conceito de liberdade de informação .....	140
19.11.4	As duas vertentes da liberdade de informação .....	141
19.11.5	Restrição à liberdade de informação .....	142
19.11.6	Limite entre a vida privada e a pública .....	149
19.11.7	Direito ao esquecimento .....	151
19.11.8	Mitigação do dano .....	156
20	Liquidação do dano – critérios para a sua quantificação .....	157
20A	O dano emergente – critério da diferença.....	158
20B	Lucro cessante – critério da razoabilidade .....	158
20C	A perda de uma chance – critério da razoabilidade.....	159
20D	Dano moral – critério do arbitramento.....	160
20E	Dano coletivo, difuso e dano moral coletivo – técnica da estimativa e do valor do desestímulo.....	160
20F	Outros critérios legais .....	160
20G	Estimativa das partes – cláusula penal.....	161
20H	Presunção de prejuízo – juros de mora.....	161
20I	Indenização pela morte de filho menor.....	161
20J	Indenização por redução temporária ou permanente da capacidade laborativa de aposentados e pensionistas.....	162
20K	Critério da equidade .....	163
20L	Morte da vítima.....	164
20M	Lesão leve ou grave.....	165
20.1	Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra.....	165
20.2	Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final.....	167
20.3	Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final.....	167

20.4	Indenizações previdenciária e comum não se compensam – <i>compensatio lucri cum damno</i> .....	167
20.5	Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação.....	168
20.6	O 13º salário.....	169
20.7	Correção monetária.....	169
20.8	Juros moratórios.....	170
20.9	Legitimados para postular a indenização.....	172
20.10	Constituição de capital para garantir a pensão.....	172
20.11	Verba honorária.....	173
20.12	Revisão do pensionamento.....	173
20.13	Prescrição e decadência.....	175
20.13.1	Prazos prescricionais e termo inicial.....	177
20.13.1.a	O termo inicial do prazo prescricional é a data do conhecimento da lesão ao direito.....	178
20.13.1.b	Prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil.....	179
20.13.1.c	Causas que impedem ou suspendem a prescrição. Cômputo do prazo prescricional transcorrido durante a lei velha e o da lei nova.....	184
20.13.2	Prazo prescricional no Código do Consumidor e no Direito Público.....	186
20.13.3	O artigo 200 do Código Civil.....	186
20.13.4	Objecções à plena aplicação do artigo 200 do Código Civil.....	189
20.13.5	O protesto cambial e o parágrafo único do artigo 202.....	193
<b>Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva.....</b>		<b>201</b>
21	Evolução doutrinária.....	201
21.1	Fatores da evolução da responsabilidade objetiva.....	201
21.2	Fases da evolução.....	202
22	A teoria do risco.....	203
23	Modalidades do risco.....	203
23.1	O risco proveito.....	203
23.2	O risco profissional.....	204
23.3	O risco excepcional.....	204
23.4	O risco criado.....	204
23.5	O risco integral.....	205
24	O risco e o dever de segurança.....	205
24.1	Campo de incidência da responsabilidade objetiva.....	207
25	Evolução da responsabilidade objetiva.....	207
25.1	Responsabilidade das estradas de ferro.....	207
25.2	Acidente do trabalho.....	208
25.3	Seguro obrigatório.....	212
25.3.1	Outras questões sobre DPVAT.....	213
25.4	Danos ao meio ambiente.....	214
25.5	Danos nucleares.....	216
25.6	Danos causados pela Internet.....	217
25.7	Outras hipóteses de responsabilidade objetiva.....	223
26	Socialização dos riscos.....	223

**XVIII** PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – *Sergio Cavalieri Filho*

<b>Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil</b> .....	227
27 O abuso do direito como ato ilícito.....	227
27.1 Origem, conceito e finalidade.....	228
27.2 Teorias sobre o abuso do direito.....	230
27.3 Características da ilicitude do abuso do direito.....	230
27.4 O abuso do direito como princípio geral.....	231
27.5 Excesso manifesto.....	232
27.6 Os limites estabelecidos pela lei.....	233
27.6.1 Fim econômico.....	233
27.6.2 A jurisprudência.....	234
27.6.3 Fim social.....	238
27.6.4 Boa-fé objetiva.....	239
27.6.5 Bons costumes.....	243
28 Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco.....	243
28.1 Teoria do risco criado.....	244
28.2 Atividade normalmente desenvolvida.....	244
28.3 Por sua natureza implicar risco.....	245
29 O dever de segurança.....	246
30 Fato da atividade.....	247
31 Campo de incidência da norma.....	248
32 Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos.....	249
32.1 Teoria do risco da atividade empresarial.....	250
33 Fato do produto.....	250
34 O dever de segurança.....	251
34.1 Risco inerente ao produto.....	252
35 Os responsáveis.....	252
36 Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto.....	253
37 O risco do desenvolvimento.....	254
38 Conclusão.....	255
<b>Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem</b> .....	257
39 Responsabilidade direta e indireta.....	257
40 Responsabilidade objetiva dos responsáveis.....	258
40.1 Responsabilidade subsidiária dos incapazes.....	260
41 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	262
42 Exclusão da responsabilidade dos pais.....	262
43 Responsabilidade dos tutores e curadores.....	263
44 Responsabilidade do empregador ou comitente.....	264
45 Responsabilidade objetiva do empregador.....	264
46 Teoria da substituição.....	265
47 Campo de incidência do inciso III do artigo 932.....	266
48 Noção de preposição.....	266
49 Exoneração da responsabilidade do patrão.....	268



50	Abuso ou desvio de atribuições do empregado .....	268
50.1	Ação regressiva e solidariedade .....	269
51	Responsabilidade das locadoras de veículos.....	269
51.1	Fundamentos da Súmula .....	270
52	Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares.....	271
53	Participação gratuita no produto de crime.....	273
<b>Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas.....</b>		<b>275</b>
54	Caracterização do problema.....	275
55	A noção de guarda.....	276
55.1	A noção de guarda intelectual.....	276
56	O proprietário é o guarda presumido da coisa .....	277
57	Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo.....	278
58	Veículo emprestado.....	279
59	Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?.....	280
59.1	Inexistência de regra no Código Civil.....	281
60	Jurisprudência brasileira.....	282
60.1	Acidente em escada rolante.....	282
60.2	Acidente em elevador.....	283
60.3	Acidente imobiliário.....	283
61	Incidência do Código do Consumidor.....	283
62	Responsabilidade das empresas de <i>leasing</i> pela coisa arrendada .....	284
63	Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN.....	284
63.1	Venda simulada.....	285
64	Responsabilidade por fato de animais.....	286
65	Natureza da responsabilidade por fato de animais.....	288
66	Responsabilidade pela ruína de edifício.....	289
67	Responsabilidade do dono do edifício.....	291
68	Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?.....	292
69	Responsabilidade por coisas caídas do prédio.....	293
70	Responsabilidade do habitante .....	294
71	Natureza da responsabilidade do habitante.....	294
<b>Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública .....</b>		<b>297</b>
72	Evolução histórica.....	297
72.1	A irresponsabilidade do Estado.....	297
72.2	Concepção civilista.....	298
72.3	A teoria do órgão .....	298
72.4	A culpa anônima.....	299
72.5	A responsabilidade objetiva.....	300
72.6	Teoria do risco administrativo e o dever de segurança .....	300
72.7	Teoria do risco integral .....	301
73	A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro.....	302
73.1	O artigo 15 do Código Civil de 1916.....	302

73.2	Precusores da responsabilidade objetiva do Estado .....	302
73.3	A Constituição de 1946.....	303
74	O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988.....	303
74.1	Acolhimento da teoria do risco administrativo.....	303
74.1.1	A questão da bala perdida .....	306
74.1.2	Exclusão da responsabilidade estatal.....	306
74.2	Concorrência de causas. Culpa concorrente .....	306
74.3	O sentido do vocábulo agente.....	307
74.3.1	A responsabilidade do agente público pelos danos causados a terceiros ou ao erário .....	308
74.3.1a	Legitimação passiva do agente público para a ação indenizatória .....	308
74.4	O sentido do vocábulo terceiros.....	310
74.5	Danos por omissão do Estado – omissão específica e genérica.....	311
74.6	Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos.....	315
74.6.1	Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária.....	318
74.6.2	Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro .....	319
75	Danos decorrentes de obras públicas.....	324
76	Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda.....	326
77	Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro .....	327
78	Responsabilidade subjetiva do Estado.....	328
79	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais.....	330
79.1	Adeptos da tese da irresponsabilidade.....	330
79.2	A posição do Supremo Tribunal Federal.....	330
79.3	Argumentos contra a irresponsabilidade .....	331
79.4	Colocação do tema em face da Constituição de 1988.....	331
79.4.1	O artigo 5º, LXXV da Constituição. Erro judiciário.....	332
79.5	Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico.....	332
79.5.1	Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar.....	334
79.6	Responsabilidade pela atividade judiciária .....	335
79.7	Responsabilidade pessoal do juiz.....	336
80	Responsabilidade por atos legislativos.....	337
80.1	Leis de efeitos concretos.....	338
80.2	Leis inconstitucionais.....	338
<b>Capítulo X – Responsabilidade Contratual .....</b>		<b>341</b>
81	Origem .....	341
81.1	Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual.....	341
82	Conceito.....	342
83	Unificação da responsabilidade.....	343
84	Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual .....	344
84.1	Relação jurídica preexistente.....	344
84.2	Culpa presumida.....	345
85	Pressupostos da responsabilidade contratual.....	345
85.1	Existência de contrato válido.....	345

85.2	Inexecução do contrato.....	346
85.3	Dano e nexo causal.....	347
85.3.1	Excludentes da responsabilidade contratual .....	348
85.3.2	Sistema da Impossibilidade .....	348
85.3.2 a	A inexigibilidade do cumprimento da obrigação .....	350
85.3.2 b	A frustração do fim do contrato .....	350
86	Inadimplemento e mora.....	351
86.1	Mora e inadimplemento. Conceitos.....	352
86.2	Inadimplemento útil ou substancial.....	352
86.2.1	A violação positiva do contrato.....	353
86.3	Espécies de mora.....	355
87	Juros de mora e cláusula penal.....	355
87.1	Função da cláusula penal.....	356
87.2	Cláusula penal compensatória.....	356
87.3	Cláusula penal moratória.....	356
87.4	Responsabilidade pré-contratual.....	358
87.5	Responsabilidade pós-contratual .....	361
<b>Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador .....</b>		<b>363</b>
88	O contrato de transporte: importância social e jurídica.....	363
88.1	Alguns dados estatísticos.....	363
88.2	Omissão do Código de 1916 e o tratamento jurídico do Código de 2002 .....	364
89	O triplice aspecto da responsabilidade do transportador .....	365
89.1	Responsabilidade em relação a terceiros.....	365
89.2	Responsabilidade em relação aos empregados.....	366
89.3	Responsabilidade em relação aos passageiros.....	366
90	Características do contrato de transporte de passageiros.....	366
90.1	Obrigação de segurança. Cláusula de incolumidade.....	367
91	Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador .....	367
91.1	A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912.....	368
92	Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida .....	369
92.1	Entendimento dominante.....	369
92.2	O advento do Código do Consumidor .....	369
92.3	O advento do Código Civil.....	370
93	Exclusão de responsabilidade do transportador.....	371
93.1	O fortuito interno e o externo.....	372
93.2	O fato exclusivo do passageiro.....	373
93.3	O fato exclusivo de terceiro .....	374
93.4	Assalto em trem ou ônibus no curso da viagem.....	375
93.5	A necessidade de um seguro social .....	379
94	Início e término da responsabilidade do transportador .....	379
94.1	Início da execução do contrato.....	379
94.2	O entendimento da jurisprudência.....	380

**XXII** PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – *Sergio Cavalieri Filho*

94.3	Início e término do transporte rodoviário.....	380
95	Transporte gratuito.....	380
95.1	Transporte aparentemente gratuito.....	381
95.2	Transporte puramente gratuito.....	381
95.3	O artigo 736 do Código Civil.....	382
95.4	Responsabilidade aquiliana.....	382
95.5	Transporte clandestino.....	384
96	A cláusula de não indenizar.....	384
97	Responsabilidade do transportador aéreo.....	384
97.1	Disciplina da responsabilidade do transportador aéreo.....	385
97.1.1	As Convenções de Varsóvia e Montreal.....	385
97.2	A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor.....	386
97.2.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça.....	386
97.2.2	O novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	392
97.2.3	Considerações sobre o novo entendimento do STF.....	395
97.2.4	A força maior e a responsabilidade do transportador aéreo.....	402
97.3	Transporte aéreo nacional ou interno.....	404
97.4	A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor.....	404
97.5	Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo.....	406
97.6	O art. 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica.....	407
97.7	Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto.....	407
98	Transporte de mercadorias.....	407
98.1	Transporte terrestre de mercadorias.....	408
98.2	Transporte aéreo de mercadorias.....	408
98.3	Transporte marítimo de mercadorias.....	409
99	Transporte de valores.....	410
100	Desnecessidade de vistoria.....	411
<b>Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador.....</b>		<b>415</b>
101	Natureza da responsabilidade.....	415
102	Responsabilidade do construtor em relação ao dono da obra.....	415
103	O construtor tem obrigação de resultado e responsabilidade objetiva em relação ao dono da obra.....	416
104	Vícios e defeitos ocultos integram o conceito de solidez e segurança da obra.....	418
105	O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916.....	418
105.1	Interpretação evolutiva.....	419
105.2	A lição de Hely Lopes Meirelles.....	420
105.3	Modificação da legislação francesa.....	421
105.4	O artigo 618 do Código Civil de 2002.....	421
106	Natureza do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil de 2002.....	421
106.1	Prazo de garantia e de ordem pública e não prescricional.....	421

106.1.1	Prazo prescricional para pleitear o ressarcimento dos danos decorrentes do fato da obra .....	422
106.2	A responsabilidade do construtor por defeitos da obra surgidos após o prazo de garantia	424
106.2.1	Prazo prescricional na hipótese de defeitos surgidos após o prazo de garantia ...	425
106.3	O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil.....	426
107	Conceito de solidez e segurança da obra.....	428
108	Responsabilidade extracontratual do construtor.....	429
108.1	Responsabilidade solidária do dono da obra .....	430
108.2	Síntese conclusiva .....	431
109	Responsabilidade do incorporador .....	433
109.1	Conceito de incorporação .....	433
109.2	Obrigação e responsabilidade do incorporador .....	434
109.3	Solidariedade entre o incorporador e o construtor.....	435
109.4	Incidência do Código do Consumidor na atividade imobiliária.....	437
109.4.1	Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação..	438
109.4.2	Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação.....	438
109.4.3	Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra.....	439
109.4.4	Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra .....	441
109.5	Defeito que decorre do desgaste natural do bem .....	443
109.6	Conclusões .....	443
<b>Capítulo XIII</b>	<b>– Responsabilidade dos Médicos, Advogados e de Outros Profissionais.....</b>	<b>445</b>
110	Considerações gerais .....	445
111	Natureza da responsabilidade médica.....	445
112	A responsabilidade pessoal do médico .....	446
113	A prova da culpa .....	447
113.1	O erro profissional – a lição de Carvalho Santos.....	448
113.2	O entendimento de Nélson Hungria.....	448
113.3	O erro de diagnóstico.....	449
113.4	Síntese da jurisprudência.....	450
113.5	Equipe cirúrgica e o erro anestésico.....	450
113.6	Inversão do ônus da prova.....	452
113.7	Violação do sigilo profissional .....	453
113.8	O dever de informar.....	453
113.9	A perda de uma chance.....	456
114	Cirurgia estética – obrigação de meio ou de resultado? .....	458
115	Responsabilidade médica empresarial – hospitais, clínicas e casas de saúde .....	461
115.1	Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde.....	465
115.2	Exclusão da responsabilidade médica.....	467
115.3	O risco inerente do serviço.....	468
116	Responsabilidade de outras profissões.....	469
116.1	Responsabilidade dos dentistas.....	469
117	Responsabilidade do advogado.....	470
117.1	Disciplina jurídica da advocacia .....	471

**XXIV** PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – *Sergio Cavalieri Filho*

117.2 Aspectos da responsabilidade civil do advogado .....	471
117.3 Sociedade de advogados .....	472
117.4 Advogado profissional liberal.....	474
117.5 Responsabilidade por omissão.....	474
117.6 Obrigação de meio e de resultado – erro profissional .....	475
117.7 Obrigação de recorrer .....	476
117.8 A perda de uma chance.....	476
117.9 A advocacia e o Código do Consumidor.....	478
117.10 Ofensa irrogada em juízo.....	479
<b>Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Bancárias.....</b>	<b>481</b>
118 Natureza da responsabilidade bancária .....	481
119 Incidência do Código do Consumidor .....	482
119.1 Depósitos bancários .....	485
119.1.1 Investimentos e aplicações financeiras .....	486
119.2 Cheque falsificado e outras fraudes.....	486
119.3 A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal .....	487
119.4 Recusa de pagamento de cheque regular .....	487
119.5 Violação do sistema eletrônico .....	487
119.6 Cartão de crédito .....	489
119.6.1 Incidência do Código do Consumidor.....	490
119.6.2 Inexistência de solidariedade entre o titular da bandeira e o emissor do cartão .....	491
120 Cofre bancário de aluguel – natureza jurídica .....	494
120.1 Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – a cláusula de segurança .....	495
120.2 A prova do dano.....	496
121 Responsabilidade extracontratual dos bancos .....	497
121.1 Fundamento jurídico.....	497
121.2 Protesto indevido de título .....	498
121.3 Responsabilidade por assalto .....	499
<b>Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador.....</b>	<b>501</b>
122 Importância socioeconômica do seguro.....	501
123 Risco – elemento material do seguro .....	501
123.1 Conceito de seguro .....	502
123.2 Risco objetivo e subjetivo .....	503
124 Mutualismo – base econômica do seguro .....	503
124.1 O princípio da mutualidade .....	503
124.2 Os princípios da garantia e da confiança .....	504
124.3 Equilíbrio econômico entre risco e prêmio.....	504
124.4 O princípio da boa-fé. Alma do seguro .....	505
124.5 O princípio da solidariedade – cerne do seguro.....	506
125 Espécies de seguro .....	506
125.1 Seguro de coisas – valor de mercado .....	506
125.1.1 Cosseguro e seguro cumulativo.....	508

125.2 Seguro de pessoas .....	508
125.2.1 Seguro em grupo .....	509
125.2.2 Formação do contrato de seguro em grupo.....	510
125.2.3 Natureza jurídica do contrato.....	510
125.3 Seguro de saúde.....	511
125.4 Seguro de responsabilidade civil.....	512
126 Contrato de adesão .....	513
127 Características da responsabilidade do segurador .....	513
127.1 Risco contratual .....	514
127.2 Dever de garantia – fundamento da responsabilidade do segurador .....	514
127.3 Cláusulas limitativas do risco.....	515
127.4 O seguro e a concepção social do contrato .....	516
127.5 Cláusulas abusivas .....	517
128 Excludentes de responsabilidade do segurador .....	519
128.1 As declarações do segurado.....	521
128.2 O agravamento do risco.....	523
128.2.1 Agravamento do risco e embriaguez .....	524
128.3 A fraude no seguro .....	526
128.4 O suicídio involuntário .....	527
128.5 Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro.....	529
129 Questões polêmicas .....	530
129.1 Início da cobertura do seguro .....	530
129.2 Transferência do seguro.....	531
129.3 Ação direta do terceiro contra o segurador.....	531
129.4 Ação direta do beneficiário do seguro contra o segurador .....	533
129.5 Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante.....	534
129.6 Chamamento do segurador ao processo ou denúncia da lide? .....	534
129.7 A companheira como beneficiária do seguro de vida.....	535
130 Prescrição.....	536
130.1 Outras questões a serem lembradas .....	536
<b>Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo .....</b>	<b>539</b>
131 A problemática dos acidentes de consumo .....	539
132 Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo .....	540
132.1 Teoria do risco do empreendimento ou da atividade empresarial.....	542
132.2 Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor .....	542
133 A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço .....	544
133.1 Fato do produto – acidente de consumo .....	545
133.1.1 Conceito legal de defeito .....	546
133.2 O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor.....	547
133.2.1 O nexo causal entre o defeito e o dano.....	548
133.2.2 Risco inerente e risco adquirido – distinção .....	549
133.2.3 Produto perigoso e produto defeituoso.....	549

133.2.4	Risco permitido.....	550
133.2.5	Defeito de informação e o dever de informar .....	550
133.2.6	Limites do dever de informar.....	551
133.3	Os responsáveis.....	551
133.4	A solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor .....	552
133.4.1	A solidariedade passiva na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço .....	553
133.4.2	A solidariedade passiva nos serviços complexos, produzidos por cadeia de fornecedores .....	554
133.5	Responsabilidade subsidiária do comerciante .....	558
133.6	Fato do serviço.....	559
133.7	Excludentes de responsabilidade do fornecedor .....	561
133.8	O risco do desenvolvimento.....	566
133.9	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> .....	569
134	Responsabilidade dos profissionais liberais.....	570
134.1	Quem é profissional liberal?.....	571
134.2	Sociedades empresárias prestadoras de serviços não se enquadram na regra prescricional destinada aos profissionais liberais .....	572
135	Consumidor por equiparação .....	573
136	O direito de regresso.....	575
137	Responsabilidade por vício do produto e do serviço.....	576
137.1	Vício e defeito – distinção.....	576
137.2	Responsabilidade objetiva .....	576
137.3	Vício do produto e vício redibitório – distinção.....	576
137.3.1	Dano <i>circa rem</i> e <i>extra rem</i> .....	577
137.4	Os responsáveis.....	578
137.5	Vício de qualidade .....	579
137.6	Mecanismos reparatórios.....	579
137.7	Vício de quantidade.....	581
137.8	Vícios do serviço.....	581
138	Decadência e prescrição no Código do Consumidor.....	582
138.1	Prescrição.....	582
138.2	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição.....	583
138.3	Decadência .....	583
138.3.1	Prazo máximo para o aparecimento do defeito ou vício – vida útil .....	586
138.4	Suspensão da decadência.....	588
<b>Capítulo XVII – A Cláusula de não Indenizar.....</b>		<b>591</b>
139	Conceito .....	591
140	Denominação .....	591
141	Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar .....	591
142	Fundamento.....	592
143	Limites.....	592
143.1	A ordem pública.....	593



143.2 Dolo e culpa grave .....	594
143.3 Elemento essencial do contrato .....	596
143.4 Limitações legais .....	597
144 Conclusões.....	598
<b>Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação .....</b>	<b>599</b>
145 Tema polêmico.....	599
146 Efeitos da sentença penal condenatória.....	600
147 Unidade da falta e variedade de consequências.....	600
148 A sentença penal absolutória.....	602
148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria.....	602
148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova.....	603
148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal.....	604
148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude .....	604
148.5 Sentença absolutória do Júri.....	605
149 Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido. Sobrestamento do processo civil.....	608
150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa.....	608
<b>Bibliografia.....</b>	<b>611</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo.....</b>	<b>619</b>